

*Benedita Ferreira da Silva Mac Crorie Graça Moura<sup>1</sup>*

Nasceu a 19 de maio de 1977, no Porto, segunda filha de pai escocês/alemão, a viver na cidade do Porto, e mãe portuense. O pai estudou Direito em Coimbra e a mãe, pintura na Escola de Belas Artes do Porto, embora não tenham concluído os respetivos cursos. Teve dois irmãos, Bruce, mais velho, licenciado em Filosofia pela Universidade do Porto, mas que se dedicou ao ténis e à música, e um meio-irmão mais novo, Sean.

Frequentou o Colégio Alemão do Porto desde o jardim infantil até ao final do 9º ano, tendo depois frequentado o Liceu Garcia de Orta, onde se decidiu pelo estudo das Humanísticas e do Direito, ingressando no primeiro curso de licenciatura da então recém-criada Faculdade de Direito da Universidade do Porto, percurso em que o seu padrinho, também jurista, Paulo Graça Moura, desempenhou um papel fundamental. Aí se licenciou com média de 16 valores no ano 2000.

Ainda que o respetivo percurso académico fosse equilibrado nas várias áreas, ficou desde sempre claro o seu interesse especial pela área do Direito Público, ramo em que veio a centrar a sua carreira, investigação e ensino. Foi nesse âmbito aluna de Luísa Neto, a quem ficou ligada para sempre, pessoal, institucional e profissionalmente, e colega e também amiga de Anabela Leão, com quem partilhou várias iniciativas de trabalho. Ficou sempre ligada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a que voltou várias vezes para integrar júris, participar em projetos de investigação, painéis de conferências.

---

<sup>1</sup> Este *curriculum* foi feito, a várias mãos, por amigos e familiares da Benedita.

Colegas de curso recordam em especial o seu sorriso, as longas noites de estudo e o esperado telefonema da Benedita por volta da meia-noite a avisar que os resumos já estavam prontos!

Em 1998, a Benedita prestou, durante os meses de agosto e setembro, trabalho de intervenção social junto da comunidade carecida na Paróquia de S. Tiago, no Jardim da Serra – Estreito de Câmara de Lobos, Ilha da Madeira. O trabalho inseriu-se no âmbito do projeto GAS-África e consistiu no acompanhamento a famílias isoladas e às camadas da população local mais carenciadas, nomeadamente a crianças – através da intervenção ao nível do ensino básico da língua portuguesa – e a idosos – através da prestação de cuidados primários e companhia.

Paralelamente, fez parte do movimento internacional “Fé e Luz”, juntamente com os seus amigos mais chegados, movimento nascido em França, de apoio a jovens com deficiências mentais profundas e suas famílias, neste caso, maioritariamente, de bairros pobres da cidade.

Estas experiências marcaram, mais tarde, também a sua atividade académica.

A primeira experiência profissional aconteceu em 2000, em Lisboa, como consultora no Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, sob a direção de João Tiago Silveira, onde granjeou reconhecimento e deixou amizades.

Ainda que tenha também realizado estágio na Sociedade Telles de Abreu e Associados, cedo percebeu que o seu futuro passaria pela investigação e ensino.

Em 2000, começou a trabalhar na Escola de Direito da Universidade do Minho, na área das ciências jurídico-políticas, tendo colaborado, desde o início, com Pedro Bacelar de Vasconcelos, na lecionação de Direito Constitucional e Direitos Fundamentais. Logo começou também a frequentar o Quarto Programa de Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Em 2003, após a perda prematura do pai, esteve durante um semestre como investigadora visitante no *Max-Planck Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht*, em Heidelberg, na Alemanha. Voltou em 2008 para uma estada mais curta de dois meses, entre janeiro e fevereiro. Beneficiou para o efeito de uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian e

de uma bolsa do DAAD. Além dos avanços na preparação da dissertação, este tempo foi muito rico em conhecimentos e amizades, que perduraram através de visitas e colaborações várias, sobretudo com Holger Hestermeyer e também com outros amigos que ficaram desse tempo.

No mesmo ano, publicou o seu primeiro texto. Para os *Estudos em Comemoração do 10º Aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho*, escreveu “O recurso ao princípio da dignidade da pessoa humana na jurisprudência do Tribunal Constitucional”, com base no trabalho desenvolvido num dos relatórios do curso de doutoramento. O seu gosto por temas difíceis começou a revelar-se – e também a sua predileção pelo princípio da dignidade da pessoa humana, com o qual haveria de andar às voltas toda a vida.

Ainda nesse ano, publicou na revista *Scientia Iuridica*, um artigo sobre “A eutanásia e o auxílio ao suicídio na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”.

A 27 e 28 de dezembro de 2004, prestou provas de aptidão pedagógica e capacidade científica na Escola de Direito da Universidade do Minho, para as quais elaborou Relatório de Síntese – mais tarde publicado em 2005, na Almedina –, sob o título *A Vinculação dos Particulares aos Direitos Fundamentais*. O júri das provas foi presidido por Acílio Rocha, integrando ainda Jorge Sinde Monteiro e Pedro Bacelar de Vasconcelos.

Entretanto, em 14 de julho de 2007, casou com Nuno Graça Moura – *rectius*, desde essa data, Nuno Mac Crorie da Graça Moura – de quem teve os dois filhos, Nuno e Francisca, nascidos, respetivamente, em 2011 e 2013. Passou a chamar-se Benedita Ferreira da Silva Mac Crorie Graça Moura, embora não usasse os dois últimos apelidos – pelo menos, profissionalmente.

O Nuno é arquiteto e a Benedita sempre se interessou pelos assuntos do Nuno. Faziam frequentes viagens com itinerários feitos à medida dos interesses do Nuno, que a Benedita acompanhava com o maior interesse. O Nuno também se interessava muito, genuinamente, pelos assuntos do Direito e envolvia-se em todas as discussões jurídicas.

Em 11 de dezembro de 2011, prestou provas de doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com tese elaborada sob orientação de José Carlos Vieira de Andrade e Pedro Bacelar de Vasconcelos. Defendeu a dissertação *Os limites da renúncia a direitos*

*fundamentais nas relações entre particulares*, que publicou na Almedina, em 2013.

A dissertação perseguiu o propósito de “saber até que ponto e em que circunstâncias é, ou deve ser, inadmissível, no ordenamento jurídico português, a renúncia a direitos fundamentais nas relações jurídicas privadas”.

A Benedita entende que se verifica uma tendência para “limitar excessivamente a possibilidade de renúncia, seja por que se entende que em determinadas situações o sujeito deve ser protegido contra as suas próprias decisões, por se considerar que estas não são racionais, ou invocando o princípio da dignidade da pessoa humana”<sup>2</sup>.

A Benedita defende “uma interpretação deste princípio que contraria a tendência [para] a sua utilização enquanto princípio limitador da liberdade, devendo a sua densificação depender do entendimento que o próprio indivíduo tenha quanto ao que é para si mais ou menos digno”<sup>3</sup>.

Só em “situações extremas”, que façam perigar as condições de autodeterminação futura da pessoa que renuncia poderá o princípio da dignidade servir como limite da renúncia.

Nos anos posteriores ao doutoramento, continuou a escrever sobre o tema da renúncia a direitos fundamentais ou temas conexos: o paternalismo estadual, a neutralidade do Estado, a legitimidade da defesa da pessoa contra si própria” e aprofundou dois outros temas: direitos sociais e a proteção dos direitos pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

O tema dos direitos sociais ocupou as suas publicações em particular nos anos de 2013 e 2014, tanto na dimensão constitucional, como na dimensão internacional, em particular, europeia.

Outro tema a que se dedicou muito – e mais recentemente – foi a jurisprudência do Tribunal de Estrasburgo. A questão da margem de apreciação dos Estados e do modo como o Tribunal valora e se contém perante a invocação deste conceito foi um tema de eleição<sup>4</sup>. O último estudo que

---

<sup>2</sup> Benedita MAC CRORIE, “Os limites da renúncia a direitos fundamentais nas relações entre particulares: algumas notas”, in AAVV, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira*, Coimbra, Almedina, 2017, p. 141

<sup>3</sup> Benedita MAC CRORIE, “Os limites da renúncia a direitos fundamentais nas relações entre particulares: algumas notas”, *op. cit.*, p. 149.

<sup>4</sup> Aliás, precisamente, um dos estudos que agora se publica é um texto elaborado pela Benedita e pela Anabela Leão, que nunca chegou a ser publicado e que a Anabela, em boa hora, entendeu partilhar através desta obra.

publicou, em coautoria com Giulia Santomauro, tinha precisamente como título “The Margin of Appreciation of States in the European Convention on Human Rights and Additional Protocol No. 15” e constitui um capítulo de uma obra coletiva publicada na Brill, com o título *Aliens before the European Court of Human Rights – Ensuring Minimum Standards of Human Rights Protection*.

Ao longo dos anos, a Benedita esteve sempre muito disponível para participar em obras e projetos coletivos. Para além dos estudos comemorativos dos décimo e vigésimo aniversário da Licenciatura em Direito no Minho e dos vinte anos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, trabalhou muito em coautoria e participou em várias empresas coletivas: a *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, em 2013, a *Enciclopédia da União Europeia*, em 2017. Em 2011, foi publicada a *Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste* e a Benedita contribuiu para a redação de algumas anotações de preceitos relativos aos Direitos Fundamentais, sob impulso de Pedro Bacelar de Vasconcelos.

Vários comentários e anotações a textos normativos contaram também com a sua colaboração: a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Comentário*, em 2020, o *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, também em 2020, o *Comentário Lusófono à Carta Africana de Direitos do Homem e dos Povos*, em 2018.

Publicou um artigo em coautoria com uma aluna da licenciatura, Rita Sousa Costa, sobre “A dádiva de sangue por homens que têm relações sexuais com homens na ordem jurídica portuguesa”. Rita Sousa Costa salienta a “singularidade e ética inabaláveis” da Benedita, com quem trabalhou naquele artigo publicado nos *Estudos em Comemoração dos 10 anos do Curso de Mestrado em Direitos Humanos*.

Esse gosto pela ação coletiva levou a Benedita a tornar-se parte ativa e entusiasta de várias associações. Era membro da *International Society of Public Law (ICON-S)*, tendo estado presente na *ICON-S Conferences*, em 2016, em Berlim/Alemanha, e em 2017, em Copenhaga/Dinamarca. Foi membro fundador da *ICON-S Portugal*, em 2019. Pertencia à *ALDIS (Associação Lusófona de Direito da Saúde)*, ao *Observatório Lusófono dos Direitos Humanos* e à *Associação Luso-Alemã de Juristas (Deutsch-lusitanische Juristenvereinigung)*. Participava também nas iniciativas

da Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social.

Colaborou ainda de forma intensa com iniciativas da Associação Portuguesa de Bioética, a convite de Rui Nunes. Integrou o júri dos posters apresentados ao 17º Congresso Nacional de Bioética/6º Seminário Nacional de Biodireito, que se realizou a 26 e 27 de Novembro de 2021, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. E integrou ainda o *National Organising Committee* da *14th World Conference of Bioethics, Medical Ethics & Health Law* organizada pela Cátedra de Bioética da UNESCO, Universidade do Porto.

Recentemente, integrou também a equipa coordenada por Patrícia Jerónimo que desenvolve o projeto interdisciplinar *Inclusive Courts*.

Pelos Encontros de Professores de Direito Público tinha também particular gosto e entusiasmo, tendo integrado, com Ana Gouveia Martins (que sucedeu a Miguel Prata Roque), Anabela Leão e Patrícia Fragoso Martins a comissão organizadora do IX Encontro, na Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, em 2016, do X Encontro, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2017, do XI Encontro na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em 2018, e do XII Encontro, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em 2019. Da preparação de cada edição à publicação dos respetivos contributos, empenhou-se sempre para que os Encontros fossem um espaço de diálogo científico plural e de encontro amigo entre diversas gerações.

As aulas e os alunos sempre ocuparam um lugar cimeiro nas preocupações da Benedita. Os estudantes são os primeiros a reconhecê-lo e a testemunhar a sua dedicação e entrega às funções docentes – não só através das aulas, mas também na disponibilização de materiais de estudo, desde os mais simples apontamentos e tópicos desenvolvidos de aulas até a elementos de apoio, manuais, casos práticos resolvidos – enfim, trabalhos mais exigentes, feitos com um propósito de ajuda ao sucesso dos estudantes.

Fazia-o em especial para os estudantes de licenciatura em Direito na Universidade do Minho, que a encontravam como docente em Direito Constitucional e em Direitos Fundamentais – excepcionalmente, sozinha, normalmente, como membro da equipa docente, onde emparelhava, quase sempre, com Sofia Pinto Oliveira.

A Benedita gostava muito de proporcionar aos estudantes experiências diferentes, de replicar atividades de que tinha beneficiado e desenvolvido enquanto aluna da Universidade do Porto. As visitas de estudo ao Tribunal Constitucional, à Assembleia da República e à Presidência da República são um bom exemplo dessa prática.

Gostava também muito de receber nas suas aulas personalidades distintas, para que os alunos tivessem a oportunidade de ouvir, de conversar e de aprender com outras pessoas. A organização de aulas abertas foi uma constante na sua atividade como docente – quer ao nível da licenciatura, quer ao nível do Mestrado.

Foi ao Mestrado em Direitos Humanos que a Benedita mais se dedicou ao longo dos anos, tendo sido, desde 2014, membro ativo da Comissão Diretiva deste Mestrado. Nele lecionou Proteção Estadual dos Direitos Humanos, Proteção Regional dos Direitos Humanos e também Direitos Humanos e Biomedicina – primeiro, em colaboração com Nuno Pinto Oliveira, e, depois, envolvendo colegas da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho.

Foi frequentemente solicitada pelos estudantes para orientar os seus trabalhos de dissertação. O primeiro Mestrando a concluir os seus estudos com supervisão da Benedita foi Bernardo de Mendonça Teixeira de Castro, aluno do Mestrado em Direito Judiciário, que testemunha assim o trabalho como orientando da Benedita.

*“No meio académico mais tradicional, o ‘temor reverencial’ é uma constante nas relações entre professores e alunos, valendo, não raras vezes, a máxima de que ‘mais vale ser temido do que amado’. A cada aula, porém, a Professora Benedita contrariava este paradigma, conquistando o respeito e admiração dos seus alunos graças a duas virtudes que considero serem caracterizadoras do seu quadro valorativo enquanto docente e enquanto pessoa: a sua honestidade intelectual e o seu humanismo.*

*No tocante à sua honestidade intelectual, sempre a considerei agradavelmente desarmante, contribuindo para um debate de ideias livre, verdadeiro e íntegro. Fazendo-se valer do seu vasto conhecimento técnico e experiência (pelos quais possuo grande admiração), não necessitava de se escudar nestes atributos para fazer valer os seus argumentos ou mudar a sua posição, se necessário fosse. Sempre senti, da parte da Professora Benedita, uma genuína atenção à minha*

*argumentação. O debate, na sua conceção, não passava pela contraposição de dois monólogos, mas antes pela livre troca de ideias com o intuito de encontrar consensos e retirar o melhor de cada argumento.*

*Este facto revela, a meu ver, um outro aspeto extremamente importante em relação à sua personalidade: a sua capacidade de retirar o melhor de cada um. Enquanto orientadora da minha dissertação de mestrado sempre se mostrou disponível e interessada em enriquecer o meu trabalho com sugestões, deixando porém uma ampla margem para que pudesse exprimir os meus argumentos e respetivas conclusões. Recordo com particular apreço as nossas trocas de emails nos quais se despedia com ‘Cumprimentos amigos’, assim como das portas do seu gabinete sempre abertas, caso precisasse de alguma coisa.*

A Benedita viveu os dois últimos anos marcados pela doença. Foi assim que enfrentou a pandemia de COVID-19, em 2020 e 2021, centrada na família e nos amigos. Os primeiros meses da pandemia, de 2020, com todas as incertezas que os marcaram, agravadas pela dureza dos tratamentos que enfrentava, foram, nas suas palavras, *intensos, mas bons*.

Nunca se desligou das aulas e manteve-se sempre disponível para o trabalho.

Acima de tudo, apesar da dureza dos tempos, nunca deixou de se manifestar uma pessoa atenta, generosa, leve e alegre, que adorava rir-se de si própria.

Entregue às rotinas do ensino doméstico dos filhos, dava longas caminhadas a pé sempre que podia. Gozou o mar e o sol sempre que pôde, acompanhou com particular prazer os sucessos no ténis do filho Nuno e os avanços na música da Francisca.

Embora os livros fossem, como dizia, a sua grande companhia desde a infância, também para ela a música e o desporto a acompanharam como seus prazeres maiores.

Do pai, irmão e amigos ganhou em pequena o gosto pelo ténis que praticou com regularidade entre os 6 e os 14 anos (e depois como hobby), sempre com a sua inseparável amiga Luísa Rosas, tendo com ela chegado a ser campeã nacional Sub14.

Estudou piano desde pequena até ao final do liceu, mantendo ligação pessoal com a professora. Sempre manifestou pena ter parado de praticar. A poucos meses de falecer, já debilitada, resolveu adquirir um novo piano.

Queria continuar a aprender. Porque, para ela, nunca era tarde.

Faleceu na madrugada de 15 de dezembro de 2021, rodeada dos seus mais próximos.